

TRABALHO E MOBILIDADE: UMA BIOGRAFIA FAMILIAR E SEUS CONTEXTOS SOCIOCULTURAIS

WORK AND MOBILITY: A FAMILY BIOGRAPHY AND THEIR SOCIAL AND CULTURAL CONTEXT

Cícera Eugênia de Oliveira¹

José Mário de Oliveira²

Eugênio Mário de Oliveira³

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo⁴

Resumo

Este artigo traz uma biografia familiar elaborada por trabalhadores de Caruaru, Pernambuco, Brasil, estimulados pela situação de pesquisa de campo etnográfica. O foco se concentra sobre as experiências de migração, seguidas da descrição dos contextos culturais nos quais vive a família apresentada. As primeiras duas seções compreendem dados autobiográficos relatados oralmente, por pai e mãe da família nuclear, para registro em caderno de campo pelo pesquisador. Em seguida, o filho mais velho do casal (cientista social) se esforça, em diálogo com o etnógrafo, por caracterizar a cidade natal e os aspectos socioculturais, presentes na autobiografia e compartilhados pelos trabalhadores da região. Estas regularidades referem-se, sobretudo, ao papel que a mobilidade geográfica desempenha no conjunto das estratégias econômicas das famílias trabalhadoras. A hipótese de fundo do trabalho sugere que os saberes profissionais e a multiplicidade de ofícios ativados pelas famílias se constituem largamente nas experiências migratórias de longa ou curta duração.

Palavras-chave: Trabalho; Família; Mobilidade; Migração; Autobiografia.

Abstract

This article presents a family biography elaborated by workers of Caruaru, Pernambuco, Brazil, stimulated by the situation of ethnographic field research. The focus is on migration experiences, followed by a description of the cultural contexts in which lives the family presented. The first two sections comprise autobiographical data reported orally, by father and mother of the nuclear family, for registration in the field notebook by the researcher. Then, the couple's eldest son (social scientist) strives, in dialogue with the ethnographer, to characterize the hometown and the social and cultural aspects present in the autobiography that is shared by the workers of the region. These regularities refer mainly to the role that geographical mobility plays in the economic strategies of working families. The hypothesis of the work suggests that professional knowledge and the multiplicity of activities activated by families are largely the result of long or short-lived migratory experiences.

Keywords: Work; Family; Mobility; Migration; Autobiography.

1. INTRODUÇÃO.

¹ Feira de Caruaru. Costureira, feirante, autobiógrafa.

² Feira de Caruaru. Marmorista, poeta, autobiógrafo.

³ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. Sociólogo.

⁴ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Antropólogo.

O presente artigo busca inspiração no que Pina Cabral e Lima (2005) denominam de “história de família”. Trata-se de uma proposta metodológica que não se presta apenas ao estudo do parentesco. Tem-se aqui, igualmente, uma estratégia para investigar os contextos sociais, no interior dos quais vivem determinada família, a partir de formas êmicas de historicização dos vínculos familiares e suas transformações. No entanto, o material a ser apresentado sobre as gerações anteriores à própria família nuclear é mais exíguo. Optou-se pela expressão “biografia familiar”, porquanto a maior parte dos dados se refere apenas a uma família nuclear. O leitor poderá notar que há aqui componentes de autobiografia, já que a família que protagoniza o relato é também coautora do texto. O objetivo é chamar atenção para a maneira pela qual a mobilidade geográfica (objetivada nas experiências de migração do agreste pernambucano para São Paulo e de volta à terra natal, mas também em viagens de menor duração, em busca de diferenças de preços dos meios materiais de trabalho) constitui um elemento estruturante dos saberes profissionais construídos e ativados pelo casal, como de resto do conjunto das estratégias de vida elaboradas, ao longo de sua trajetória.

O material foi registrado por ocasião do trabalho de campo do doutorado, que se distribuiu por três viagens a Caruaru-PE, entre os anos de 2009 e 2012, perfazendo um total de seis meses de investigação, naquele município pernambucano. A isso se somaram outros seis meses de pesquisa junto a migrantes e *sacoleiros* – comerciantes nômades que percorrem médias e longas distâncias para aproveitar diferenciais de preços trans-regionais e por meio dos quais se processa a circulação de mercadorias (MARX, 1988; APPADURAI, 1986), objetos (LATOURET, 2005; GELL, 1998; INGOLD, 2012) e coisas (INGOLD, op. cit.) entre territórios, em múltiplas escalas – caruaruenses, no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa objetivava compreender o trabalho de produtores familiares e comerciantes/feirantes de vestuário de *baixo custo*. Os chamados *sulanqueiros* receberam esta denominação a partir de *sulanca* – termo nativo relacionado ao trabalho com vestuário, elaborado a partir da junção entre *helanca* e *sul*, este último termo referindo-se à região sudeste (local de onde vieram os primeiros retalhos que serviram como matéria prima para a produção da região). Os intercâmbios materiais entre tecelagens da região sudeste (BR) e o agreste pernambucano (PE-BR) são uma contrapartida da circulação de trabalhadores, caminhoneiros, migrantes, sacoleiros por estas rotas. Dinâmica histórica que, como veremos, é recapitulada pela experiência de migração de retorno da família que iremos conhecer; quando a volta a Caruaru é acompanhada por um caminhão cheio de retalhos.

Outra versão local para a elaboração do termo *sulanca* é a de que se trataria do resultado de uma simplificação da expressão *sucata de helanca*⁵, que enfatiza as habilidades de reaproveitamento material dos *sulanqueiros* e, como corolário delas, o baixo custo da produção. A combinação entre o reduzido preço dos produtos dos *sulanqueiros* – resultante do baixo custo da produção, mas também da comercialização direta, nos circuitos de feiras livres de Pernambuco –, de um lado, e o intenso fluxo de compradores viajantes – algo, como veremos, também historicamente vinculado à tradição das feiras livres –, de outro, é interpretada pelos habitantes locais como o principal fator responsável pelo grande desenvolvimento econômico registrado na região, ao longo dos últimos 30 anos (cf. MATOS, BASTOS e MACHADO, 2013).

As duas seções iniciais trazem relatos de esposo e esposa, respectivamente, que narram duas experiências de migração. A primeira seção narra apenas a experiência de

⁵ Todas as categorias nativas são registradas em itálico (além das palavras em língua estrangeira, identificadas pelo contexto), sobretudo quando aparecem pela primeira vez, mas também quando vale à pena enfatizar seu significado.

migração do pai; a segunda, de toda a família. Nas duas seções seguintes o pesquisador e um dos filhos do casal (Eugênio – também cientista social) se esforçam por descrever os contextos socioculturais experienciados pela família em Caruaru, sua terra natal: primeiro, olhando para o estatuto contemporâneo da mobilidade geográfica no âmbito das estratégias econômicas dos trabalhadores da região; em seguida, esboçando a genealogia destas tradições.

2. “EU SEMPRE PENSEI QUE MEUS FILHOS NÃO PASSARIAM PELO PRECONCEITO QUE EU PASSEI”. (JOSÉ MÁRIO)

Eu sempre pensei que meus filhos não passariam pelo preconceito que eu passei. Quando eu era criança, era “neguinho safado” pra lá, “neguinho sem vergonha” pra cá, “cabelo de cocô de passarinho” pra lá, “cabelo de bostinha de cabra” pra cá – que o cabelo enroladinho fica igual a cocô de cabra, né? Então eu passei por isso. Naquela época, lá pelos anos 60, em Caruaru, faltava água pra tudo. Era uma necessidade sem tamanho. O meu pai, que podia me dar uma boa condição, não quis dar, minha mãe, que podia me dar boa condição, não quis dar. E eu fui sendo criado pela avó, com pai e mãe desmiolados até os 17 anos.

Com 17 anos eu aumentei a minha idade pra entrar no quartel do exército de Caruaru – Tiro de Guerra. Porque era a única opção. Nessa época, a seca era uma tristeza. Não tinha trabalho em Caruaru. Era só o povo indo embora pra São Paulo e pro Rio de Janeiro, pra São Paulo e pro Rio de Janeiro. E quem não tinha condições de ir pra lugar nenhum ficava sofrendo, perdido aqui, né? Então eu aumentei a idade pra fazer os exames no quartel. Fiz os exames pro quartel e fui aprovado em todos os testes, mas fiquei no excesso de contingente – que é quando eles querem, por exemplo, só 200 homens e têm 400 querendo entrar.

Então eu dei um jeito de ir pra Garanhuns. Peguei um ônibus aqui, um carro acolá e cheguei a Garanhuns. Eu tinha o dinheiro pra ir, mas não tinha dinheiro pra tomar um café. Quando eu cheguei lá, os oficiais ainda estavam tomando o café da manhã, eu fui o primeiro a chegar. E quando um deles abriu a porta e me viu lá perguntou-me o que é que eu estava fazendo lá. E eu disse que tinha vindo de Caruaru sem tomar café pra lá pra entrar no quartel. O oficial virou-se então pra mim e disse: “Aqui não é lugar de dar vida a ninguém não, aqui a gente ensina a tirar a vida, mas você me pegou num dia santo”. Então ele me levou pra dentro do quartel, me deu café e disse: “Olhe aqui, vá praquela alojamento ali e fique lá que amanhã eu lhe procuro”. Então eu fui pro alojamento e, naquela noite, ia ter um “rebu” – que é o nome que eles dão a uma missão surpresa, no quartel. Aí o sargento passou distribuindo as fardas pros soldados e me deu uma também. Eu então peguei a farda e vesti. Cabia três pessoas dentro da farda, mas eu vesti mesmo assim. Aí foi aquela coisa, marcha pra cá, flexão pra lá, e corre, e entra no rio. Aí, quando foi no outro dia, o oficial chegou lá e me viu fardado e perguntou: “o que é que você está fazendo aqui?” E eu respondi: “me mandaram vir pra cá e eu vim, me mandaram vestir esta farda e eu vesti”. E ele disse: “até que você tem jeito!” E aí eu fiquei. Passou uns três meses e eles me registraram. Mas aí foi aquela coisa: o cabra acostumado a viver na necessidade, na nudez, na fome, na seca, essa coisa toda, que quando ganha dinheiro quer meter o pau, né? Então eu queria comprar sapatos, comprar nas camisarias de bacana – que hoje em dia não existem mais – comprar comida. Comia coisa que nem sabia o que era. Só queria saber se era caro.

Depois de um tempo, teve um oficial que pegou bronca comigo porque ele me fez uma pergunta e eu respondi. Ele virou-se pra mim e disse: “Soldado, o que é que você acha do Brasil?” Aí eu disse: “O Brasil nação ou o Brasil exército?” E ele disse: “Fale aí qual é a diferença?” E eu lhe disse: “O Brasil nação, eu não conheço outra terra então eu tenho que amar. Não conheço outra pra saber se é melhor ou pior então eu gosto desta. O Brasil quartel é muita humilhação e pouca liberdade”. Então o oficial zangou-se comigo e a partir dali ele veio em cima de mim. Até que chegou um dia em que outro oficial virou-se pra mim e disse:

“Você tem três opções ô Oliveira: ou você pede demissão, ou você é demitido, ou você vai ser transferido lá pra Amazônia, que é a única vaga que eu tenho”. Então eu disse: “deixe que eu peço demissão”. E aí, quando eu volto pra Caruaru, cadê que tinha trabalho? Parecia que a cidade tinha parado no tempo. Era a mesma necessidade que eu tinha deixado antes de ir pro quartel.

Então eu arrumei minhas coisas e fui-me embora pra São Paulo. Tinha uma tia minha – era a mulher do irmão da minha avó – que já tinha uma filha lá e me deu o endereço dela, no Jardim Sapopemba. Então eu subi no caminhão e fui-me embora. Quando eu cheguei lá e me vi diante daqueles edifícios beijando o céu que eu olhei pra cima me deu vontade de voltar pra trás na hora. Que hoje em dia o povo de Caruaru já tá acostumado com estes prédios, mas naquela época a construção mais alta que tinha aqui era o prédio da radio Difusora. Que o resto era tudo mocambozinho de um andar mesmo. Mas aí, em São Paulo, eu peguei o ônibus – que eu lembro até hoje o número, que era 608 e fui procurar o endereço da minha prima. E fui olhando aqueles edifícios pro caso de eu precisar voltar pelo mesmo caminho. Era prédio branco, prédio preto, azul, amarelo, e fui olhando e fui seguindo. Quando eu cheguei à casa da minha prima ela me recebeu perguntando se eu tinha vindo pra trabalhar, estudar ou malandrear. E disse: “Olhe, você tem oito dias pra arrumar um trabalho. Porque eu não to aqui pra dar abrigo a malandro não. Então você me arrume um trabalho em oito dias senão vai pra rua”. Então, eu ouvindo aquilo, peguei minha sacola e virei-me pra sair. Aí ela disse: “Mas pra onde é que você vai homem? Você vai se perder aí!” E eu respondi: “Eu tenho visão e audição e tenho perna pra andar e braço pra trabalhar. Então o mundo é minha casa”. E quando saí olhei a placa de um ônibus e vi 608. E peguei ele de volta.

E, naquela primeira noite minha em São Paulo eu dormi na praça, no Parque Dom Pedro II. Quando foi de manhã, eu tinha o endereço de outra tia que eu tinha levado por precaução, e fui procurar na Vila Esperança, que ficava na Radial Leste. Quando eu cheguei à casa desta tia eu ouvi quase a mesma conversa da primeira prima que eu visitei. Então eu já fiquei meio cabreiro, né? Tinha ouvido a mesma conversa e fiquei com a pulga atrás da orelha. Aí meu tio virou-se pra mim e disse: “Você veio trabalhar? Se você veio trabalhar então venha comigo”. E eu fui então com ele. Comecei então trabalhando na construção civil. Aí depois comecei a trabalhar com mármore. Foi em São Paulo então que eu aprendi a profissão que exerço até hoje. E em São Paulo eu ganhei dinheiro! E lá também eu vivi de tudo. Rodei muito, visse? Corri o trecho mesmo. Aí um belo dia eu vim visitar Caruaru e sabia que a minha tia tinha duas filhas que obedeciam muito a ela. O povo dizia que elas obedeciam muito a mãe que eram moças direitas, que andavam reto. Então eu já fui visitar a minha tia intencionado. Aí foi aquela história. Conversa daqui, conversa dali e eu virei-me pra minha tia e disse: “Olhe, eu quero namorar sua filha”. E ela perguntou: “Qual das duas?” E eu falei: “Aquela ali”. E apontei pra Ciça [Eugênia]. Aí ela virou-se pra mim e disse: “Mas porque você pergunta a mim e não a ela?” E eu disse: “Eu lhe peço porque se ela respeita a senhora, faz o que a senhora manda então eu pergunto à senhora”. E Ciça disse: “Eu vou fazer um teste com você”. Aí começamos a namorar e em seis meses a gente namorou e casou. Aí vieram os filhos. E eu lhe conto isso tudo pra dizer que o que eu passei, quando eu passava todo este sofrimento eu pensava que não ia deixar meus filhos passar pelo mesmo. Os meus pais poderiam me dar uma vida melhor e se perderam no mundo. Então eu jurei que meus filhos só iam trabalhar quando estivessem formados.

3. “EU, UMA NORDESTINA DO PANO NA CABEÇA QUE TINHA IDO PRA SÃO PAULO PRA TRABALHAR”. (EUGÊNIA)

Quando eu conheci Zezinho [José Mário] ele tava vivendo em São Paulo e veio passar uns dias aqui em Caruaru. E em São Paulo ele rodou bastante, visse? Endoidou-se em gafeira, cabaré, essas coisas. Aí ele veio passar uns tempos aqui e a gente começou a

namorar. E aí começou a se apegar, né? Um a gostar do outro e aí eu comecei a pensar num jeito de ele não voltar pra São Paulo. Que eu tava gostando dele e não queria que ele fosse embora. E ele dizia que aqui não tinha trabalho, não tinha condição de ganhar dinheiro. E aí, eu pensei e virei-me pra ele e disse: “Por que a gente não arruma umas prestações aqui?” E ele disse que era complicado por que ele tava acostumado a ganhar um salário fixo. Mas aí foi indo e a gente começou a vender umas prestações. E a coisa começou a dar certo. A gente tinha prestações pra receber toda semana; tinha prestação que vencia semanal, quinzenal, mensal. Então, toda semana entrava dinheiro. Sempre tinha alguma coisa pra receber.

A gente vendia uns vasos de decoração em louça, com flores artificiais, que vinham de São Paulo, lá de Porto Ferreira. Uns vasos bonitos, com uns desenhos bonitos mesmo, pra enfeitar a casa. Então a gente ia de porta em porta e oferecia, dizia que vinha de São Paulo. E eles vinham mesmo de São Paulo, mas o depósito deles era aqui em Caruaru, na loja Luzitânia. E ninguém sabia disso. Então a coisa deu certo. Vendia bem demais. Mas deu certo até que descobriram que o depósito era em Caruaru. Aí danou-se um bocado de gente a vender o tal do vaso. Que o pessoal viu que a coisa tava dando certo e começou a vender os vasos na feira, era um tal de feirante vender nos bancos, no chão, vendedor ambulante, prestamista. E aí não deu mais pra continuar.

O Zezinho tinha muita vontade de abrir um negócio no ramo dele, né? Feito ele trabalhava em São Paulo. E pensamos em montar uma fábrica de mármore. E aí, nessa época apareceu um homem aqui dizendo: “Eu sempre tive vontade de montar um negócio desses, mas nunca tive ninguém que entendesse do ramo pra me orientar”. Aí Zezinho entrou com esse homem e ficou de encarregado da produção. Mas aí o tempo foi passando, a firma foi crescendo e a gente foi percebendo que este senhor estava enricando sem valorizar o trabalho do Zezinho. Então ele cansou-se disso e saiu da firma.

Depois disso, teve uma noite que a gente não conseguiu fechar o olho. Não consegui dormir a noite toda. E então eu virei-me pra Zezinho e disse: “Vamos pensar aqui o quê que a gente vai fazer da nossa vida”. Então pensamos um monte de coisa. E eu virei-me pra ele e disse: “Por que é que a gente não investe na fábrica de mármore que você sempre teve vontade?” E Zezinho dizia: “Não dá pra abrir um negócio desses porque é muito caro, não tem condições de comprar uma máquina industrial”. E eu perguntava: “Mas não dá pra gente começar com uma máquina manual e depois a gente compra a industrial?” E ele disse: “Sim”. Aí nós decidimos aplicar todas as nossas economias na fábrica de mármore.

Então nós pegamos todas as nossas economias, deixamos os meninos com a avó e fomos embora pro Espírito Santo, atrás de preço de máquina, preço de pedra. Pra gente não gastar nada na viagem eu assei um frango, enchi ele de farofa, fiz uma garrafa de café e fomos pro Espírito Santo, para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Quando a gente chegou lá, sem saber direito pra onde ir, um conhecido que a gente tinha lá foi quem nos ajudou a correr atrás de preço de pedra, preço de máquina. Aí encontramos o melhor preço de pedra, o melhor preço de máquina, pegamos empréstimo sem juros com pessoas amigas da gente aqui em Caruaru para pagar em 15 dias e compramos mercadoria. Pegamos empréstimo quando chegamos do Espírito Santo, para pagar o frete ao caminhoneiro e a primeira parcela das pedras. Foi pela fé, a gente não tinha falado com ninguém antes de viajar. Para honrar a palavra chegamos a pegar dinheiro emprestado a umas 12 pessoas. As pessoas que nos emprestaram esperavam receber em curto prazo, por isso não havia juros. Tomávamos emprestado a um para pagar outro. E todos eles eram nossos fregueses de prestação. Com muito trabalho, trabalhando dia e noite, e economizando muito, saímos das dívidas. Uma das pessoas nos emprestou dinheiro com a condição de arrumarmos emprego na fábrica para o filho. E assim fizemos. Compramos máquina industrial à prestação só com a segurança da palavra. Máquinas industriais! E compramos um caminhão de pedra sem ter lugar pra colocar. Eu pensei assim: “a gente tem a casa lá na Boa Vista [segundo maior bairro de Caruaru,

predominantemente habitado por trabalhadores do vestuário] e, se a gente não tiver lugar pra colocar a mercadoria a gente esvazia a casa, tira as coisas da sala, coloca o caminhão de pedra, coloca as máquinas e sobe pro quartinho que tem no segundo andar. Não tem um quartinho, não tem um banheiro? Então a gente sobe pra lá pra dar lugar pra mercadoria”. Aí a gente veio embora pra casa. E enquanto a gente esperava o caminhão chegar com as pedras e as máquinas, encontramos um galpão ali perto de onde é o pátio do forró, perto da fábrica Caruá [antiga tecelagem desativada do município]. E quando o caminhão chegou a gente descarregou nesse galpão. E começamos a trabalhar. Foi aparecendo cliente, fomos vendendo bem e eu sei que a coisa deu certo. E ficamos com essa fábrica trabalhando por quatro anos. Foi nessa época que compramos esse terreno aqui [no Salgado, maior bairro da cidade, predominantemente habitado por trabalhadores do vestuário] e construímos um galpão. Pra não depender mais do aluguel da fábrica.

Mas aí, depois desses quatro anos, tinha uma igreja evangélica do lado da fábrica. E o pastor dessa igreja parece que enciumou-se com nós, sabe? Porque você sabe, uma fábrica no começo, a gente tinha que fazer serão, trabalhar até tarde, virar a noite trabalhando. E o pastor começou a dizer que o barulho das máquinas tava atrapalhando o culto dele. E ele tanto fez que conseguiu tirar a gente de lá. Ele era conhecido do prefeito, a mãe do prefeito frequentava a igreja dele, então ele conseguiu tirar a gente de lá. Mas aí, nesse meio tempo, nós tínhamos construído já o galpão aqui. Nessa época a gente morava na casa lá da Boa Vista e construiu o galpão pra transferir a fábrica. Mas aí é aquela coisa, pra comprar o terreno e construir o galpão custa muito. Nós usamos todas as nossas economias que conseguimos na fábrica. Então a gente não teve como transferir as máquinas pra cá. E até hoje essas máquinas estão paradas.

Aí, nessa época, o irmão de Zezinho, que também trabalhava com mármore lá em São Paulo, veio passar uns tempos aqui. E viu a situação e disse: “Ô Zezinho, você tá perdendo tempo aqui, fazendo uma pedrinha ou outra. Vamos embora pra São Paulo comigo que você vai ganhar dinheiro. Eu tô pegando um serviço grande lá e você pega comigo. Eu moro em uma casa grande que tem um porão que dá pra vocês ficarem mais os meninos”. Aí pronto, Zezinho já queria voltar pra São Paulo há muito tempo, foi a gota d’água, né? A fábrica aqui já tava parada mesmo. Então ele virou-se pra mim e disse: “Olhe aqui Ciça, nós não vamos assim desse jeito não. Deixa que eu vou lá pra ver se tem serviço mesmo, se tem lugar pra gente ficar mesmo e, se tiver, eu volto pra buscar você mais os meninos”. E ele foi e eu fiquei cuidando dos filhos aqui. Dando conta das despesas dos meninos, costurando uma roupinha ou outra pra vender na feira. E ele foi e ficou uns três meses pra lá. Era o ano de 1989.

Aí, quando foi um belo dia ele voltou de repente e disse: “Ô Ciça, olhe aqui, eu voltei pra buscar você mais os meninos pra ir embora comigo pra São Paulo. Nós vamos pra ficar. Eu já combinei com um caminhão”. Era uma cegonha (um caminhão que transporta carros) que vinha trazer os carros pra cá e ia voltar pra São Paulo vazio. O Zezinho combinou com o caminhoneiro um preço bom. Quê ele disse: “Eu vou voltar vazio mesmo. Então eu levo vocês e as máquinas de vocês por um preço bom. Coloco suas máquinas e o carro com sua família dentro e você vem na boleia comigo pra disfarçar. Mas seus meninos têm que ficar quietos quando passar na patrulha”. Foram cinco dias viajando dentro da Belina amarela que a gente tinha, em cima da cegonha. Eu e os meninos na Belina e o Zezinho na boleia do caminhão com o motorista. Pense numa viagem maluca? Quando a gente passava em frente da patrulha eu encostava o menino mais novo assim no meu peito pra ele não chorar, não fazer barulho né? Foi a mesma história de quando eu e Zezinho fomos comprar as máquinas no Espírito Santo. Assei um frango, levei café, água, levei tudo pra não precisar ficar parando. Quando a gente chegou lá estava muito cansado.

Aí chegamos e fomos morar no porão da casa do meu cunhado, o irmão do Zezinho. Era no Jardim Selma, entre Santo Amaro e Diadema. Ele é um homem muito trabalhador

também, visse? Mas a mulher dele começou a desentender-se comigo. Porque ela não trabalhava, não fazia o serviço de casa. Vivia comprando roupas caras e ia ao salão de beleza, e fazia isso e fazia aquilo, e vivia recostada. E dizia pra mim: “Ô Ciça você é boba, fica trabalhando e vai se acabar. E quando você tiver velha Zezinho vai trocar você”.

E eu, uma nordestina do pano na cabeça que tinha ido pra São Paulo pra trabalhar. E fazia o serviço de casa, cuidava dos meninos, costurava bolsas e ia embora pra rua vender a mercadoria. E o marido dela começou a perceber a diferença. E falava pro Zezinho: ‘Isso é que é mulher! Que te ajuda, que trabalha, que cuida dos meninos’. E ela virou-se pra mim e disse: “Tá vendo Ciça? Você fica se matando de trabalhar e meu marido tá percebendo que eu não faço nada. Antes ele nem percebia, agora que ele tá vendo você, tá dizendo que eu não faço nada”. E ela enchia o varal de roupa molhada, molhava as roupas só pra eu não ter espaço pra pendurar as minhas. E eu com criança pequena, tendo que secar as fraldas dos meninos. Mas eu sempre me virei na vida e pensei: “Deixa isso pra lá”. E arrumei uma lona grande, estendi no chão e estiquei as roupas no chão pra secar, em cima da lona. E fui secando minha roupa assim. Aí um dia meu cunhado viu aquilo e virou-se pra mim e perguntou: “Ô Ciça, porque é que você não pendura as roupas no varal?” Eu digo: “É porque eu coloco ela nessa lona aqui e vai pegando o calorzinho do chão e num instante seca”. E ele respondeu: “Mas você não me engana com essa conversa não”. E subiu pra casa dele e passou aquele sermão na mulher: “Ô mulher, porque você tá enchendo o varal de roupas pra minha cunhada não pendurar as dela? Pode uma coisa dessas?” E ela disse: “Não, não é isso. É que eu precisei lavar”. E ele disse: “Precisou nada, para com isso!”

E foi indo assim e tanto aconteceu que a gente decidiu-se mudar dali. Alugar uma casa né? E cadê que arrumava casa? A gente saía, botava as crianças na Belina e ia-se embora procurar casa pra alugar. E eu não sabia que o povo de São Paulo não gosta de alugar casa pra quem tem criança. Então, toda vez que a gente saía pra procurar casa o povo dizia: “Não tem casa não”. Até que nós percebemos que era por causa dos meninos. Aí, um dia, deixamos os meninos com uma tia de Zezinho, entramos na Belina e saímos a procurar casa pra alugar. Na primeira mulher que perguntamos ela respondeu: “Ah tenho uma casa sim, uma casa muito boa. Aliás, tenho duas, venha cá pra escolher”. E aí a gente fez o contrato de seis meses, depositamos dois meses adiantado que eles exigem e fechamos negócio.

No dia da mudança, quando a gente tava saindo, o irmão do Zezinho disse assim: “Mas vocês vão-se embora por quê? Pra que alugar casa? Gastar dinheiro, fiquem aí mesmo onde estão”. E Zezinho pra não falar nada da mulher dele disse assim: “Não a gente vai porque a casa fica mais perto do centro e facilita pra mulher vender as costuras dela”. E aí nos mudamos. Pegamos os meninos, botamos na Belina, eu enrolei o menino mais novo no colo, o Henrique. E ele tava quase nu, só enrolado com um pano assim no meu colo.

Quando nós chegamos na casa, fomos entrando assim de mansinho, pra não fazer barulho, pra dona da casa só ver as crianças quando a gente já tivesse dentro de casa. Mas aí tinha uns cachorros lá e começaram a latir. E a dona da casa abriu a janela e viu as crianças. E saiu de casa dizendo: “Que monte de criança é esse?”. E eu respondi: “São meus filhos”. E ela disse: “Mas você não me disse que tinha filhos. Só mesmo nordestino pra fazer um punhado de filhos. E quatro de uma vez só?” E ela veio assim em minha direção dizendo: “E ainda tem um recém nascido? Deixa eu ver”. Aí eu descobri o Henrique que tava quase nu e ela gritou: “Cubra logo esse menino que ele vai ficar resfriado e vai dar mais trabalho ainda”. E começou a fazer reclamações: “Porque eu tenho piso de cerâmica, janelas de vidro e as crianças vão arranhar o piso, quebrar as janelas, rabiscar as paredes”. E eu disse: “Lá em Caruaru eu tenho uma casa com janela de vidro, piso de cerâmica e as crianças nunca estragaram nada”. E ela disse: “Duvido que vocês têm isso! Nordestino não tem casa assim não. Se vocês vieram pra São Paulo é porque seu marido roubou ou matou”. Mas o contrato já estava assinado, nós já tínhamos pagado dois meses adiantado e ela teve que aceitar. E um dia de noite, quando os

meninos estavam dormindo, ela entrou na minha casa e disse: “Eu vim aqui contar seus filhos porque filho de nordestino a gente conta é no ninho”. E voltou a reclamar: “Eu tenho um jardim lá fora e criança destrói as plantas todas”. E eu disse: “Você vai conhecer meus meninos e vai ver que eles não são de fazer arte”. Aí passou-se um tempo e ela viu que os meninos viviam dentro de casa e disse: “Ô Ciça, por que é que seus filhos não vêm brincar aqui no quintal?” E eu disse: “Os meus filhos não são disso não, não são de sair de casa não. Eles gostam de ficar em casa vendo televisão e estudando”. E ela chamava eles pra comer bolo na casa dela, e chamava pra brincar no quintal. Eu acho que ela arrependeu-se, visse? Ela pegou uma amizade tão grande comigo que quando eu vim embora ela falou pra eu ficar e falou assim: “Ô Ciça, eu falei tanto dos seus meninos que agora eu vou pagar a minha língua, vai vir umas crianças pra cá e vão destruir tudo”.

E esse tempo todo que a gente passou em São Paulo a gente ganhou dinheiro, visse? Zezinho trabalhando na marmoraria mais os irmãos dele e eu vendendo minhas costuras, meus artesanatos. Eu já tinha os lugares certos pra entrar e era tanta gente que queria comprar pra revender que eu passava na frente das lojas escondida porque não dava conta de costurar tanta coisa.

Mas o tempo todo que a gente passou em São Paulo eu só pensava em voltar pra Caruaru mais meus filhos e Zezinho. Foram onze meses que eu pensava todos os dias em voltar. E toda compra que eu fazia eu comprava a mais que era pra ter uma feira boa quando eu voltasse. Porque eu sabia que a coisa pra essas bandas daqui não tava nada fácil não. Se eu fosse comprar um quilo de arroz eu comprava dois e guardava um, se fosse comprar cinco quilos de açúcar – que lá em São Paulo eles vendem aqueles pacotes de cinco quilos fechado, não sei se lá no Rio de Janeiro é assim – eu comprava um saco a mais. E passava naquelas fabricas de tecido e achava os retalhos baratos e comprava, já pensando em trazer pra costurar aqui, porque eu só pensava em voltar. Quando eu voltei eu vim com meio caminhão de retalho que eu comprei lá. E vim com uma feira muito grande de lá também. Só foi-se acabando rápido porque a gente dava um quilo de arroz pra um parente, um quilo de feijão pra outro. Então não durou muito. Mas eu só pensava em vir embora, com saudades de mamãe, com saudades da família. Só que Zezinho estava empolgado, ganhando dinheiro. E eu fui aguentando aquilo.

Aí teve uma época que minha mãe teve um AVC aqui. Ela teve um AVC e ficou na cadeira de rodas, sem poder andar. E começou a fazer fisioterapia junto com outras pessoas que também não andavam. E o povo melhorava e ela nada de ter evolução. Aí o médico, achando estranho, foi conversar com ela. E ela nada. Aí a enfermeira falou com o médico que tinha uma filha daquela senhora que tinha ido morar em São Paulo com os netos e com o genro. Que ela gostava tanto do genro e que vivia chamando o povo que tava lá em São Paulo. Aí o médico mandou um recado pela família: “Olha diga a esse povo que se eles querem ver a avó dos filhos deles viva é melhor eles voltarem”.

Aí Zezinho concordou em voltar. Juntamos nossas coisas, Zezinho combinou com dois caminhoneiros um preço bom. Um caminhão ia trazer nossas coisas. A feira que eu fui fazendo, as máquinas da fábrica de mármore, os retalhos que eu fui comprando. O outro caminhão tinha uma carga baixa, era até uma carga de milho, e dava pra trazer a Belina em cima da carga com nós dentro. O homem combinou com Zezinho de pegar a gente às 5h00min da manhã, num posto de Guarulhos. Era o primeiro posto de gasolina que a gente vê quando chega em Guarulhos. O outro caminhão já tinha pegado nossas coisas e ia esperar no posto também. Aí, com tudo combinado, nós saímos às 10 horas da noite de casa. Entregamos a chave na dona da casa, agasalhamos os meninos, enrolamos o menino menor – que em São Paulo, pra gente, faz um frio danado – e fomos embora na Belina pra Guarulhos. E a Belina era tão velha que a gente foi rezando pra polícia rodoviária não parar nós. No primeiro posto policial que nós passamos a patrulha veio atrás. Aí, eu desesperada, disse a Zezinho: “Corre

que a polícia tá vindo!” E ele respondeu: “Eu vou correr é nada, que esse caro não tem força pra eu correr com o carro da polícia. Eu vou parar e contar a verdade”. Aí ele parou, a patrulha aproximou-se e perguntou: “Onde vocês estão indo?” E Zezinho respondeu: “Olha seu policial, a gente é lá do Norte, de Caruaru, e veio tentar a vida em São Paulo. Não deu certo e nós vamos voltar pra Pernambuco”. Ele disse que não deu certo pra deixar a gente passar, que nós tava era ganhando dinheiro em São Paulo. Aí o policial respondeu: “E o senhor vai chegar em Pernambuco com esse carro velho, com esse monte de criança?” E Zezinho respondeu: “Eu quero tentar mesmo assim. Eu vou até onde o carro aguentar. Que meus filhos tão passando necessidade aqui no Sul”. Então o policial disse: “Olhe aqui, eu vou deixar vocês passarem porque a história de vocês me comoveu e vou ligar pra patrulha de mais adiante e vou pedir pra eles deixarem vocês passar também. E pedir pra ligar pras outras patrulhas até Pernambuco pra deixarem vocês passar. Mas eu to achando que essa Belina não vai aguentar não”. E Zezinho disse: “Mas eu quero tentar mesmo assim”. Mas ele sabia que nós não ia pra Pernambuco, nós ia pra Guarulhos subir a Belina na carga do caminhão, só que a gente não podia dizer isso. E aí chegamos em Guarulhos. E, quando deu cinco horas, o homem do caminhão tava no posto combinado. Colocamos as pranchas para a Belina subir no caminhão.

Quando a gente foi subir, cadê que a Belina tinha força pra subir na carga? Fizemos de tudo pra Belina subir. Os homens empurraram e nada. Ela era muito velha, não tinha força pra subir a carga. Aquela Belina nos ajudou muito em São Paulo. Mas ela não subia na carga de jeito nenhum. Aí pronto, a gente desesperou-se. Zezinho dizendo: “Não vai dar, não vai dar”. E ele desmoronou, sentado na calçada. Ele desmoronou, desabou! E assim também os meninos com ele. Ficou aquela fila, sentada: Zezinho sentado, com Henrique no colo, Eugênio do lado dele, Mário do lado de Eugênio e Paulo do lado de Mário. Todos eles sentados de cabeça baixa, na calçada. Aí eu pensei: “Os homens desabaram tudo, se eu desabar também nós estamos perdidos! Eu não posso fraquejar!” Parecia que os homens tinham perdido as forças. E aí o caminhoneiro disse: “O caminhão tinha que ter uma carga mais baixa”. Que a carga era baixa, mas não era tanto, não era suficiente. Aí eu parei e rezei com uma força, mas com uma força! Eu disse a Deus: “Ô meu Deus, eu pedi pra voltar pra casa na carroceria de um caminhão, em cima de uma carga de milho. Não pedi pra voltar de avião, nem pra voltar de ônibus. Será possível que nem isso eu vou ter direito?” Parece mentira, mas quando eu acabei de fazer essa oração eu ergui os olhos e vi lá na frente, na estrada, um caminhão com a placa de Pernambuco. E, nesse momento, eu levantei-me e corri pro lado do acostamento desesperada, e agitava os braços e gritava: “Pare, pare, pelo amor de Deus!” E tanto gritei e me balancei no meio da rua que o caminhão parou. E eu perguntei pra onde ele ia e ele respondeu-me: “Pra Pernambuco”. E, pra nossa sorte, a carga dele era mais baixa que a do outro caminhão. Aí eu contei a história pra ele e implorei pra ele levar a gente. Aí ele disse: “Olha dona, levar a Belina em cima da carga tudo bem, mas levar uma família dentro? Se a polícia rodoviária me para, eu perco a minha carteira, o caminhão, perco tudo”. E eu disse: “Pelo amor de Deus, moço!” E ele disse: “Eu vou tomar um café pra pensar e depois a gente conversa”. Aí eu olhei pro homem do outro caminhão, que tava com as nossas coisas e ele disse: “Pode ficar tranquila, dona Eugênia, que a gente só sai daqui com vocês junto”. E dali a alguns minutos volta o caminhoneiro e diz: “Vamos subir a Belina na carga”. Colocamos as pranchas pra subir a Belina, mas ela não tinha força também, mesmo a carga sendo mais baixa. Aí danou-se aquele sofrimento de novo. E os homens disseram que tinha que ter uma prancha de caminhão cegonha, por que ela era mais comprida. Aí lá me fui eu pro meio da rua de novo pra tentar parar um caminhão cegonha. E passaram-se alguns e eu agitando os braços, pedindo pra parar. Até que um parou. A gente conseguiu colocar as pranchas e subir a Belina na carga. E lá fomos embora pra Pernambuco dentro da Belina. A viagem durou mais cinco dias até Pernambuco. Zezinho na boleia do caminhão e a gente em

cima da carga. Era até uma carga de milho também. E chegamos em Caruaru. Quando a gente chegou, tava feia a coisa aqui, visse? Não tinha trabalho pra ninguém, uma precisão danada, a seca, a falta de água – que, naquele tempo era bem pior que hoje. Aí eu fui costurar aqueles retalhos que eu trouxe de São Paulo. E fiz as costuras pra vender na feira, voltei a trabalhar de prestamista – vendendo minhas prestações, né? Aí começou o artesanato, os arranjos de flores, essas coisas. Aí, depois, veio a sulanca e aquela história que você já conhece. E logo depois que a gente voltou, minha mãe foi melhorando, melhorando e começou a andar.

4. VIAJANTES, SACOLEIROS, MIGRANTES, CAMINHONEIROS. (EUGÊNIO E WECISLEY).

O relato que acabamos de ver nos oferece ensejo para elaborar análises de variados temas. Por exemplo, sobre a formação de "vicinalidades" (PINA CABRAL e LIMA, op. cit.) entre trabalhadores parentes, durante a experiência como migrante. Ou, na mesma chave analítica, processos de "familiarização" e "desfamiliarização" (COMERFORD, 2003). E, no entanto, estes temas constituem tópicos largamente tratados pela bibliografia. Poder-se-ia também apontar, na trajetória, diversos aspectos culturais que, embora testemunhados alhures, conferem certa especificidade aos trabalhadores do agreste pernambucano: a *família*, como um valor, e, por conseguinte, também a *casa* (que se expressa, dentre outras passagens, na boa recepção do vaso de ornamentação doméstica, comercializado no trabalho como *prestamista* – isto é, a venda ambulante baseada em crédito de confiança e parcelamento do preço em pequenas prestações); o trabalho *com a família e para a família* (recusa ao *trabalho com os de fora* bem expressa no trecho “Mas aí o tempo foi passando, a firma foi crescendo e a gente foi percebendo que este senhor estava enricando sem valorizar o trabalho do Zezinho”, cujo princípio, entretanto, se manifesta nos depoimentos dos demais sulanqueiros); a construção de estratégias econômicas baseadas na coexistência de múltiplos ofícios, bem como os variados usos do espaço e dos meios de trabalho (“se a gente não tiver lugar pra colocar a mercadoria a gente esvazia a casa, tira as coisas da sala, coloca o caminhão de pedra”). Estes tópicos compreendem apenas uma pequena parte das características marcantes do trabalho na região. Explorá-las seria inviável nos limites de um artigo e o reduziria a um exaustivo inventário nominalista. De modo que optamos por lançar luz sobre aspectos menos abordados alhures (ESPÍRITO SANTO, 2013); evitando, segundo a tradição foucaultiana, comentários sobre o relato, como se ele carecesse de significantes adicionais – daí também a ausência de notas de rodapé.

Esta seção busca inverter o olhar predominante na literatura sobre migração dos trabalhadores do Nordeste brasileiro. Em lugar de olhar para a saída da terra natal, iremos observar os processos de chegada; ou melhor dizendo, as dinâmicas de intercâmbio baseadas na mobilidade, com contínua saída, chegada e retorno de nativos e não nativos, frequentadores constantes ou sazonais, visitantes temporários e trabalhadores móveis. Isto nos ajudará a interpretar as práticas acima relatadas, como os acordos entre trabalhadores migrantes e caminhoneiros para viagens com baixo custo e benefícios materiais para ambas as partes ou viagens de curta duração a outros estados em busca de melhor preço dos meios materiais de trabalho. Práticas essas que não constituem peculiaridade da família aqui apresentada, mas antes aspectos culturais amplamente compartilhados entre trabalhadores do agreste pernambucano.

José Sergio Leite Lopes e Rosilene Alvim, depois de percorrerem os principais aspectos da trajetória do operário Aauto Machado, registrada em sua autobiografia, acrescentam os seguintes dados:

Outras dificuldades serão enfrentadas por Aauto Machado e seus colegas operários após a produção deste relato, com a crise industrial de 1983 e o

crescimento do desemprego industrial da região. Demitido da fábrica junto com levas de outros operários, ele teve que se organizar para entrar no comércio informal de peças de vestuário masculino trazido das pequenas cidades do interior que desenvolveram uma produção artesanal a baixo custo e revendido por ele nas portas de fábrica e nos bairros operários e populares. Mas essa é outra história, que poderia dar margem ao trabalho de reconstituição de um novo período de sua vida e da maior parte do grupo operário de que fazia parte. (LEITE LOPES e ALVIM, 1999: 16).

Esta seção se concentra sobre um capítulo desta “outra história” de comerciantes móveis como Aduino Machado, em sua nova fase profissional – precisamente, a parte na qual esses viajantes chegam ao agreste em busca dessas roupas produzidas a baixo custo, a fim de revendê-las em suas próprias regiões de origem. Essa estratégia econômica do informante de Leite Lopes e Alvim pode ser pensada no quadro do seguinte comentário de uma sulanqueira informante da presente pesquisa: “A sulanca é uma fonte de renda pra muita gente daqui da região e de boa parte do Brasil também”. De fato, é difícil não encontrar em uma grande ou média cidade do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, uma loja especializada em roupas de baixo preço provenientes do *pólo da sulanca* (composto, além de Caruaru, pelos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe). Se o ex-operário da Companhia de Tecidos Paulista recorreu à compra destas peças de vestuário, no interior pernambucano, para revendê-las entre os trabalhadores da zona da mata, muitos comerciantes do Sudeste seguem para a região agrestina com o mesmo intuito.

É o caso do proprietário de uma loja chamada Nordeste Jeans, situada em Nova Friburgo-RJ. Residindo atualmente nessa cidade fluminense, o comerciante é natural de Caruaru, onde ainda possui uma casa em Caruaru na qual reside durante quinze dias a cada dois meses. Para a compreensão das estratégias econômicas de grande parte dos trabalhadores do agreste pernambucano, é preciso “seguir as pessoas” e as “coisas” como meio de produzir uma “etnografia multi-situada” (MARCUS, 1995) e desse modo deve-se procurar o paradeiro das roupas da sulanca, noutros estados brasileiros. A Nordeste Jeans foi uma descoberta arbitrária. Mas é fácil encontrar a sulanca em lojas de roupas de baixo preço em diversas cidades do Rio de Janeiro. Os objetos podem eventualmente trazer registros materiais de suas biografias sociais. Uma peça de vestuário pode assim fornecer um mapa dos trânsitos de seus produtores e comerciantes. De fato, ao recolher alguns nomes de marcas e etiquetas e, em seguida, consultar sua proveniência pela internet, é fácil encontrar endereços de Caruaru.

A escala de mobilidade dos *sacoleiros* (comerciantes móveis) e as dimensões da “globalização popular” (RIBEIRO, 2007) mediada por estes trabalhadores são, com efeito, muito grandes. Certo dia, seguindo de Nova Friburgo-RJ para o Rio de Janeiro, um dos pesquisadores conheceu no ônibus três sacoleiros que haviam acabado de fazer compras no polo de roupas íntimas da região serrana. Os três homens conversavam em voz alta, de modo que não foi possível deixar de perceber seus sotaques característicos da região Nordeste. Ato contínuo, o pesquisador entabulou com eles uma conversa que se estendeu ao longo da viagem. Os três são baianos e possuem lojas de vestuário em Salvador, no Espírito Santo e em Minas Gerais, sendo também frequentadores assíduos das feiras da sulanca.

Mas a “história cruzada” (WERNER e ZIMMERMAN, 2003) de Nova Friburgo e Caruaru não se limita à sulanca, às roupas íntimas e aos sacoleiros. Uma loja de produtos agrícolas que fica ao lado da residência do mesmo pesquisador, em Nova Friburgo, é propriedade da filha de uma costureira de Caruaru. Hoje uma próspera comerciante, esta mulher contou que sua mãe a criou, e a seus irmãos igualmente, apenas com o trabalho na costura de vestuário por encomenda, em domicílio. Certo dia o pesquisador contou-lhe que havia conhecido conterrâneos seus que moravam em Nova Friburgo – os donos da Nordeste

Jeans. “É mesmo, olha só. E as roupas vêm de lá de Caruaru?” – perguntou. Após a confirmação, ela diz: “Tá vendo como tem coisa do Nordeste espalhada por esse mundão?”

De fato, esses encontros arbitrários com caruaruenses e com mercadorias da sulanca fornecem uma ideia da difusão dos produtos dos *fabricos* (oficinas familiares de vestuário de baixo custo) agrestinos pelo Brasil – e também para outros países como, por exemplo, Angola, onde meus informantes afirmam existir um intenso comércio da sulanca – e da expansão da escala de mobilidade dos viajantes provenientes da região dos sulanqueiros, também densamente visitada por sacoleiros de fora.

E mesmo aqueles negociantes e sacoleiros que optam por comprar em Toritama ou Santa Cruz do Capibaribe, tendem a passar por (e parar em) Caruaru. Trata-se, pois, por definição nativa, de um palco privilegiado para a mobilidade. Aos pecuaristas provenientes do sertão – comerciantes de gado, carne, leite e couro, mas também de esterco – e aos comerciantes da zona da mata, de outrora (já voltamos a este ponto) somam-se os migrantes de retorno, os migrantes em visita, os sacoleiros, os turistas que vêm para a festa de São João (disputando com Campina Grande, na Paraíba, o título de maior do mundo), o Alto do Moura (bairro que se caracteriza pela produção e venda das esculturas conhecidas pelo gênero denominado arte figurativa), a feira de Caruaru, a *feira da sulanca* (setor no qual são comercializadas as mercadorias dos produtores familiares de vestuário) de hoje. Temos visto que estes trabalhadores nômades ou seminômades são os mediadores responsáveis pela circulação transregional, transnacional e transcontinental de uma infinidade de objetos. Ninguém negaria, pois, que esta circulação de pessoas enseja o intercâmbio do que a antropologia tem denominado “cultura material”. No entanto, Caruaru e seu artefato mais importante, a sulanca, constituem uma ilustração apropriada de que este trânsito de pessoas e objetos enseja também o intercâmbio de culturas, formas de vida, “habitus” (BOURDIEU, 2001) e modos de se mover nos limites e entre estas esferas distintas.

O ponto aqui é a noção de mobilidade em sua positividade. Trata-se de indagar o que o movimento – os trânsitos dos viajantes, dos migrantes e retornados, dos sacoleiros e comerciantes de Caruaru – produz em termos de conhecimentos e estratégias passíveis de serem ativados nos trabalhos mais diversificados dos sulanqueiros. As considerações de Wolf (2003) sobre as formas de adaptação especializadas e generalizadas trazem implicações muito interessantes para nosso entendimento da circulação de pessoas e culturas neste lugar central que é Caruaru. Segundo o autor, de acordo com as condições estruturais de cada coletivo humano, as formas específicas de adaptação social desses grupos podem ser especializadas ou diversificadas. Em termos mais concretos, tomemos o exemplo comparativo das costureiras de roupas íntimas de Nova Friburgo (ESPÍRITO SANTO, 2009). À primeira vista, a distribuição social do trabalho entre este município do Rio de Janeiro e Caruaru é muito semelhante. Em ambas as regiões nos deparamos com o trabalho domiciliar na produção de vestuário. Não por acaso, há uma parte da sociologia do trabalho que vem caracterizando o polo da sulanca como o lócus por excelência da precarização pós-fordista do trabalho (LIMA, 2000; LIMA e SOARES, 2002) – Nova Friburgo sendo, contudo, um exemplo mais apropriado. Entre as costureiras friburguenses não testemunhamos a tradicional coexistência de múltiplos ofícios e estratégias econômicas familiares que testemunhamos no caso exemplar do relato autobiográfico apresentado. Ao contrário, as costureiras da serra fluminense tendem a trabalhar cerca de 12 horas diárias, seis (e, por vezes, sete) dias por semana para compor uma remuneração que representa em média 1/3 das aquisições de um trabalhador caruaruense do mesmo ofício. Por outro lado, dificilmente em Caruaru encontraremos trabalhadores por conta própria cujo único meio de vida é a costura de vestuário. Antes, como vimos, a família apresentada recorre a uma infinidade de atividades profissionais, artesanais e comerciais que têm na feira da sulanca seu principal elemento articulador. A explicação para esta diversificação profissional dos costureiros de Caruaru e, inversamente, para a especialização

das costureiras friburguenses pode ser iluminada pela seguinte perspectiva formulada por Eric Wolf (2003, p. 177).

Seguindo a lógica deste ponto de vista, acredito que é possível para um grupo humano sustentar mais de uma cultura, diversificar seus enfoques da vida, ampliar seu campo de manobra por meio de um processo de generalização, assim como é possível especializar-se, restringir-se a um conjunto de formas culturais e evitar todas as alternativas possíveis.

O material empírico sobre o qual este antropólogo norte-americano fundamenta essas hipóteses refere-se às variações nos sistemas de *plantation* que ele e Sidney Mintz pesquisaram, no projeto Porto Rico. Kanãmelar constitui, neste contexto, devido ao volume de capital investido na produção de cana de açúcar, um caso extremo de especialização de uma “subcultura proletária”. Outras regiões fariam, por outro lado, parte de um sistema que o autor classifica como “*plantation* de estilo antigo”, com culturas menos especializadas. Diferentemente da “*plantation* de estilo antigo”, a “*plantation* de estilo novo” pressupõe maior investimento financeiro, especialização técnica em cultura específica – em Kanãmelar, a cana de açúcar –, além de aproveitamento racional de toda terra disponível. Isso enseja a monetarização da economia, a impessoalização das relações sociais – um aumento das relações individualizadas – e uma distribuição social do trabalho altamente especializada. Nas plantações de estilo antigo, por outro lado, o investimento financeiro sobre a produção tende a ser menor, estimulado por culturas que dispensam o uso de tecnologia – como a cultura do tabaco, por exemplo; nessas plantações, a cultura principal coexiste com uma pequena produção de subsistência mais diversificada, e as relações tendem a ser mais pessoalizadas, com a reciprocidade desempenhando um papel mais forte do que as trocas monetarizadas. Em suma, a *plantation* de estilo novo ensejaria uma cultura mais especializada; a de estilo antigo daria lugar a adaptações mais generalizadas.

Dinâmicas homólogas podem ser identificadas respectivamente entre as costureiras de Nova Friburgo e de Caruaru. A primeira cidade possuía uma sólida tradição de grandes plantas industriais, instaladas em princípios do século XX, o que propiciou o desenvolvimento de uma subcultura proletária especificada. Caruaru, por outro lado, vem de uma tradição muito mais artesanal, baseada em uma incrível diversidade de materiais e, por conseguinte, em uma cultura material mais generalizada do que especializada. Mas as formas de adaptação generalizadas destes trabalhadores agrestinos foram, sem dúvida, beneficiadas pelas grandes ondas de migração e pela comparação cultural que elas ensejaram. O fato de José Mário ter aprendido o ofício de marmorista em São Paulo, durante sua primeira experiência de migração, pela mediação de seu irmão, é apenas o aspecto mais visível desta interseção de regimes epistemológicos mais complexa e difícil de mapear.

Pelo menos um aspecto destes aprendizados, constituído na mobilidade e pela mobilidade, é muito bem exemplificado na odisséia migratória que acompanhamos acima. Aqui podemos ver como as pragmáticas dos sacoleiros são reativadas por migrantes em certas situações, sob a forma de memória incorporada (SHAW, 2002). Esse é o caso das trocas de favores entre esses trabalhadores nômades e caminhoneiros, como vimos aqui. A *carona* (que possibilitou a José Mário chegar ao quartel do exército em Garanhuns, aos 17 anos) é assim outra expressão do recorrente aproveitamento da viagem de volta por parte dos caminhoneiros. Segundo Rabossi (2008), os sacoleiros/sulanqueiros que se dirigiam a Ciudad Del Este, em ônibus abarrotados de peças da sulanca, também retornavam ao agreste pernambucano carregados de produtos eletrônicos comercializados do lado paraguaio da Ponte da Amizade. Hoje esta prática continua ocorrendo no circuito Caruaru-São Paulo, que atualmente alimenta a *feira do Paraguai* (setor da feira de Caruaru responsável pela comercialização de produtos eletrônicos provenientes daquele país). Essa mesma prática do

máximo aproveitamento do potencial econômico das viagens leva também os caminhoneiros a negociar a condução de migrantes de Pernambuco a São Paulo.

O aparecimento a partir da década de 1980, em Caruaru, de novos bairros majoritariamente habitados por *sulanqueiros* – Maria Auxiliadora, Boa Vista, São João da Escócia – relaciona-se com a migração de retorno propiciada pelo desenvolvimento econômico que se seguiu ao advento da *sulanca*. Uma reportagem especial sobre o bairro do Salgado apresenta os números de seu crescimento populacional entre os anos de 2000 e 2011, decorrente da migração de retorno e da migração de outras áreas da região para a cidade: “Um bairro populoso com economia pulsante. São aproximadamente 16 mil residências no bairro, no ano 2000 eram quase 11 mil imóveis. Um crescimento de quase 50% em apenas oito anos”. (“Salgado: uma cidade no país de Caruaru”. Reportagem da TV Jornal – emissora local – exibida em maio de 2008).

As organizações sociais características desses bairros, a distribuição familiar e pela vizinhança do trabalho na costura, as oficinas mecânicas de máquinas de costura, as feiras de bairros (que não pudemos apresentar aqui), em suma, o recurso a múltiplos ofícios pelas famílias de trabalhadores, constituem estruturas sociais complexas, sempre instáveis e, também elas, móveis e em constante reordenamento sazonal. Há na região uma expressão êmica que se refere à capacidade de resolver os problemas cotidianos, notadamente os econômicos, recorrendo à esperteza, à malandragem e à versatilidade – *ser desenrolado*. Ela expressa essa multiplicidade de ofícios e práticas sociais que se interpenetram e beneficiam-se com a experiência da mobilidade; mais ainda, compreendem a própria mobilidade sob um estado incorporado.

5. UMA CIDADE ESTRELA: A CENTRALIDADE DE CARUARU

Em 2009, ocasião da primeira viagem de campo a Caruaru, ocorreu um evento que, àquela época, não foi senão um acontecimento arbitrário. O primeiro mês de pesquisa foi também ocasião que se seguiu à morte do cantor Michael Jackson. Subitamente os *carroceiros*, vendedores ambulantes que comercializam CDs pelas ruas da cidade, deixaram de tocar, nos potentes alto-falantes de suas carroças, as músicas mais usuais que estávamos acostumados a ouvir – em geral, pertencentes ao gênero conhecido no Brasil como *forró*, entrecortadas por álbuns de outros estilos, recém-lançados pela indústria fonográfica em escala nacional e internacional e por músicos locais. Era notável a onipresença de Michael Jackson nas ruas da cidade, pela mediação daqueles *carroceiros*, mas também pelos alto-falantes da grande feira de Caruaru, das lojas da cidade, ou ainda pela reprodução de suas músicas por artistas de rua. A estratégia estendeu-se por quase todo o mês de julho daquele ano.

O aspecto inusitado é que, com o decorrer da pesquisa, o que a princípio não tinha relação com a investigação revelou-se um episódio de grande valor heurístico para o entendimento de um dos componentes mais fundamentais da identidade caruaruense. A maneira pela qual parte da população reagiu ao evento não é nada fortuita e faz parte de um esquema sociocultural abrangente a partir do qual Caruaru recebe os “grandes temas” em foco na mídia. Uma análise “crítica” deste episódio talvez tendesse a enfatizar a “passividade” ou “adesão cega”, “alienada” da parte destas pessoas em relação aos temas eleitos como centrais na agenda dos grandes conglomerados da comunicação. E, no entanto, o caso demonstra que “passividade” é uma noção estranha às reações que os caruaruenses têm diante das “imposições” midiáticas. Prontamente, antes mesmo de seu funeral, Michael Jackson havia tomado as ruas da cidade sob a forma de uma mercadoria considerada de *saída certa*. Os *carroceiros*, como os *sulanqueiros*, *mangaieiros* (comerciantes e também agentes de trocas diretas, não mediadas por dinheiro, de objetos e coisas usadas, na chamada *feira do mangaio*), e *feirantes* em geral, com suas habilidades características do *ser desenrolado*, parecem ter

ficado muito bons em converter um tema *da moda* em oportunidades de fazer dinheiro. Aos CDs somaram-se camisas da sulanca, toalhas, cangas e outros artigos da *moda praia* (biquínis, sungas, maiôs), e mais uma infinidade de objetos com impressões e bordados estampando a figura de Michael Jackson.

Se, de um lado, os vendedores populares reativam esses “grandes temas” da agenda midiática como recursos simbólicos para seu trabalho, de outro lado, os consumidores precisam, a partir das mesmas disposições culturais, adquirir as mercadorias produzidas. Uma vez mais, tal como entre os comerciantes, os compradores estão longe de receber passivamente esses temas da moda. Ao contrário, o que está em jogo aqui é a participação dessa população nos grandes circuitos mundiais de informação – sinalizada por meio dos emblemas ilustrativos daqueles grandes temas. Algo que semanticamente se aproxima do título de *Capital do Agreste*, como Caruaru é conhecida, e ao tema da posição geográfica privilegiada, de sua *centralidade* e, por isso, de sua sensibilidade treinada para receber tudo o que circula pelo mundo – tal como se pode ouvir na letra da música “A feira de Caruaru”: “na feira de Caruaru, faz gosto a gente ver, de tudo que há no mundo, nela tem pra vender”.

Esta seção se concentra sobre essa *centralidade* geográfica da cidade, no contexto do Agreste pernambucano, especificamente, e do Nordeste brasileiro, em geral. A própria Feira de Caruaru (da qual a feira da sulanca constitui apenas um segmento, embora o mais importante do ponto de vista econômico) é sempre mencionada como alguma coisa que precede a cidade mesma, tendo se plasmado com base no intenso trânsito de pessoas (provenientes da zona da mata, do sertão, do norte e do sul) por este lugar central. Trata-se, por conseguinte, de um aspecto que está na gênese do município e das disposições, por assim dizer, seminômades de muitos de seus trabalhadores. Josué Euzébio Ferreira, intelectual da cidade, por meio de um exercício de história conjectural sobre o surgimento da feira livre de Caruaru, mobiliza todos os elementos que até hoje são ativados com o intuito de caracterizar “a cidade e a feira”, para empregar a expressão de Humberto França, outro importante historiador de Caruaru.

Encontramos as raízes da história da feira livre de Caruaru, nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX. Vamos imaginar dia da vinda do padre para a capela de Nossa Senhora da Conceição, a notícia se espalhava com antecedência e, (normalmente era aos domingos) ele transformava-se em dia especial: assistir missa, batizados, casamentos, receber a benção do padre, encontrar conhecidos, parentes e compadres. Aproveitando as oportunidades, a partir do agrupamento de gente, muitos traziam seus produtos agrícolas, para vender ou trocar por outra coisa da qual estava necessitando. Poderia aproveitar também, a presença de um mascate que era habitual por esses tempos naqueles caminhos e esses encontros eram oportunos para apresentar as novidades do momento: tecidos, linha, dedal, chapéus, apetrechos de uso feminino, etc. Essas transações comerciais aconteciam, provavelmente, antes das atividades religiosas. Mas com o tempo, pode-se pensar no aumento dos negócios e os encontros tornaram-se semanais, os produtos iam-se diversificando cada vez mais: gado, cabra, galinha e já poderia existir uma casa comercial, substituindo o antigo mascate e sendo até mais conveniente a todos, pela possibilidade de mudanças nas relações, caracterizadas pela confiança mútua, pelos prazos na entrega dos produtos e dos pagamentos, etc. Pelo menos de forma teórica, montamos a maneira e as condições de como começou a feira de Caruaru. Uma história parecida com outra de qualquer lugar, desde que as condições históricas sejam semelhantes. (FERREIRA, 2001: 108-109).

Aqui aparece a multiplicidade de mercadorias – e, por conseguinte, de ofícios – que sempre caracterizou as feiras desta região; aparece também o crédito interpessoal baseado na

confiança (que testemunhamos acima, no relato autobiográfico). Mas nos concentremos sobre o fim do trecho citado: a menção às similaridades entre a história da feira de Caruaru e de outros lugares. Tais semelhanças existem “desde que as condições históricas sejam semelhantes”. Ora, essas condições referem-se ao fato de que a vila de Caruaru, como era então denominado aquele território, já era o palco de grande afluxo de pessoas das regiões vizinhas ou de viajantes, mascates (figura “que era habitual por esses tempos naqueles caminhos”), etc. A vila já era, pois, um *lugar central*. Trata-se aqui de explorar etnograficamente esta noção de *centralidade*, da qual a seguinte formulação de José Mário constitui o exemplo mais sofisticado:

Caruaru é o que eu chamo de ‘cidade estrela’. Se você pegar um mapa de Caruaru você vai ver que ela tem saída pra todo canto. Dá pra desenhar uma estrela de cinco pontas em cima do mapa a partir das saídas da cidade. Então veja você que Caruaru é o centro de Pernambuco. E é uma região central também no Nordeste. Pra transitar no Nordeste tem que passar por Caruaru (sic). Então, com a feira e o comércio a cidade se fortaleceu economicamente, com uma boa infraestrutura, com festa, com forró, etc.

A centralidade de Caruaru é aqui apresentada como explicação parcial das causas do desenvolvimento econômico propiciado, sobretudo pela produção e comercialização de vestuário. Parte desta explicação se dá sob o registro diacrônico – Caruaru, antes mesmo de ser Caruaru, sempre constituiu um território de intenso trânsito de pessoas que, espontaneamente, estabeleceram intercâmbios econômicos e culturais, dos quais a Feira de Caruaru é a melhor expressão material e territorial.

É preciso, contudo, preliminarmente registrar que se os habitantes de Caruaru conferem à cidade alguma vantagem sob este ponto de vista da centralidade geográfica, o agreste como um todo é não apenas conhecido como território de mobilidade e trânsito de viajantes e, com eles, de toda sorte de objetos e mercadorias, mas mais que isso, é palco da riqueza e diversidade cultural e material ensejada pela mobilidade mesma. É possível, no entanto, ampliar essa escala indefinidamente. A consolidação de grandes mercados em regiões com fluxo constante de pessoas que viajam médias e longas distâncias parece encontrar alguma regularidade ao redor do mundo. Esse postulado perfilha a generalização de Josué segundo a qual a história da feira de Caruaru é similar a muitas outras que surgiram em condições históricas semelhantes. Para ilustrar este comentário do historiador local tomemos apenas um exemplo comparativo relativamente próximo a Pernambuco: Feira de Santana, na Bahia. Aqui também esta mesma modalidade explicativa do crescimento econômico local é apresentada:

Conquanto uma parte considerável de sua prosperidade seja uma consequência do clima favorável, Feira de Santana deve a importância presente, em razoável proporção, à posição estratégica, visto que se localiza como a principal cidade na estrada-tronco que liga a capital ao interior. Desde os dias pioneiros dos primeiros estabelecimentos na Bahia, a economia do estado se orientou para a cidade de Salvador. Por ser o único porto do município, a Cidade de Salvador foi e é o principal mercado para os produtos do sertão, bem como dela procedem as mercadorias de fabricação nacional ou estrangeira. E desde que cinco dos seis caminhos principais entre a Cidade de Salvador e o sertão passam por Feira de Santana, também passa através o (sic) município o volume de todo o tráfego entre o interior e a costa. (POPPINO, 1968, p. 11-12).

Além dos vínculos sociais que os encontros propiciam – por vezes mediados pela troca de objetos, presentes, mercadorias – as diferenças de informação (APPADURAI, 1986) que as grandes distâncias interpõem às trocas são produtoras de grandes lucros e vantagens de

toda sorte. Outro fator de consolidação de centros urbanos nessas regiões centrais é a parada, o descanso de animais e pessoas que, em geral, tende a se concentrar nesses territórios. No caso de Caruaru, esta forma de explicar o desenvolvimento urbano e econômico a partir do crescimento de intercâmbios comerciais entre viajantes é algo particularmente difundido no senso comum. O aspecto interessante desta difusão refere-se ao conjunto de disposições incorporadas que acompanham o discurso da centralidade – disposições ligadas à receptividade, à hospitalidade e, mais importante, à certa sensibilidade para captar e lidar com o que está em evidência no mundo. Estas disposições incorporadas se constituíram historicamente, desde antes da fundação da cidade, a partir dos fluxos humanos na região. Uma vez mais Josué nos apresenta as práticas sociais que forjaram esse “habitus” da receptividade, cuja condição de possibilidade fundamental refere-se aos caminhos que sempre atravessaram o território da cidade:

No início do século XVIII, Caruaru era apenas uma fazenda de gado localizada às margens do rio Ipojuca, porém passava bem em frente à sua sede um dos caminhos do gado que vinha do sertão para o litoral – Roteiro das Boiadas de Pernambuco – como disse José Condé, no romance Terra de Caruaru: ‘No começo, simples rancho para pernoite das boiadas vindas do sertão (...) em demanda do litoral’. (1977:25). Baseado no documento de 1738 (...) o uso desse roteiro pelos tangerinos de gado só foi possível a partir dos anos 40 e 50, após a redescoberta e conserto dessa estrada (...) Assim sendo, em meados daquele século, já era comum a presença de estranhos pelas estradas e até pernoitando na fazenda. Sabemos que os próprios viajantes – tropeiros, tangerinos, mascates, etc. – preparavam sua comida. Porém, com o passar do tempo, não tardaria que algum viajante solicitasse de um morador da fazenda o fornecimento de uma refeição. Estava aí aberta a possibilidade de que esse fato se tornasse comum, desde que houvesse uma contrapartida financeira e assim teríamos o primeiro fornecedor de alimentação do lugar. Versão semelhante pode ser dada em relação ao pernoite das pessoas, não mais ao relento ou em alpendre, mas sim no interior de uma casa, seria então um outro serviço fornecido: o dormitório. (FERREIRA, p. 106, 2001).

Deparamos aqui com um aspecto que não é de interesse menor para a compreensão desta receptividade e hospitalidade do povo caruaruense – qual seja, sua combinação com um modo de fazer dinheiro, fornecendo comida ou dormitório aos viajantes. Com o decorrer do tempo, este fluxo de pessoas e, como corolário, de dinheiro à cidade concorreu para a dinamização da economia local. À centralidade geográfica seguiu-se então o desenvolvimento da centralidade econômica regional, convertendo a cidade na capital do agreste. Cabe salientar, entretanto, que esta concepção da centralidade de Caruaru refere-se menos a uma realidade geográfica objetiva do que a uma classificaçãoêmica. Com efeito, do ponto de vista geográfico, noções como “centro” e “periferia” são antes relacionais do que absolutas. E, no entanto, mesmo as classificações oficiais situam Caruaru no “agreste central” (IBGE, 2010) de Pernambuco.

Mas o interesse aqui reside menos na geografia do que na cultura. Entre os comerciantes, sulanqueiros, feirantes, carroceiros e produtores domiciliares de uma infinidade de mercadorias, uma sensibilidade, por assim dizer, cosmopolita é uma parte importante dos conhecimentos necessários ao estabelecimento de bons negócios. Para esse segmento, vender supõe captar a demanda dos sacoleiros e dos compradores provenientes *de todas as partes*. Essa percepção fina *do que está vendendo na época*, como nos disse um sulanqueiro, é forjada por essa convivência ininterrupta com os viajantes que chegam à cidade, mas também pela mobilidade intensa dos próprios caruaruenses pelo mundo (do que a autobiografia

familiar aqui registrada constitui um caso privilegiado). As grandes marcas de empresas transnacionais tendem a investir na produção da demanda por meio de estratégias de *marketing* cujo veículo principal é a grande mídia; os pequenos sulanqueiros, sem investir um centavo em publicidade, aproveitam a demanda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os contextos culturais descritos na segunda parte deste artigo constituem uma moldura; um pano de fundo que nos ajuda a ver com mais nitidez as regularidades compartilhadas amplamente pelos trabalhadores da região, de um lado, e as singularidades da trajetória familiar apresentada, de outro. Com efeito, o objetivo das seções IV e V foi considerar seriamente as implicações da epígrafe de Pierre Bourdieu em seu "Esboço de autoanálise" (2005): "compreender é primeiro compreender o campo no qual e contra o qual cada um se fez". Mas o mais interessante é o que a primeira parte nos ensina.

Algumas palavras sobre as condições de produção do relato podem lançar luz sobre aspectos menos visíveis e, por conseguinte, evidenciar sua densidade. Os depoimentos autobiográficos foram narrados oralmente ao pesquisador pela família que o protagonizou, na ordem em que se encontram acima. Eugênia advertiu, desde o início da pesquisa, que a eventual presença de um gravador poderia limitar o desenvolvimento da exposição. Por esta razão o pesquisador lançou mão de anotações em caderno de campo de modo simultâneo à apresentação de José Mário e Eugênia. A profunda sensibilidade etnográfica de ambos, por assim dizer, espontânea, fez com que eles inclusive interrompessem a exposição sempre que percebiam as dificuldades reiteradas do pesquisador em redigir com a celeridade necessária o registro completo do que estava sendo relatado.

Essa produção ativa do conhecimento já seria mais do que suficiente para colocar ao pesquisador o imperativo ético de reconhecer a autoria e a autoridade (CLIFFORD, 1998) do casal, bem como a lucidez de sua sociologia espontânea – aliada à sólida formação sociológica de Eugênio que, sem dúvida, concorre para a ilustração dos pais. Mas, este reconhecimento estaria longe de fazer justiça a todas as implicações epistemológicas dos regimes de conhecimento expressos no material que o leitor testemunhou. Se a antropologia compreende o ramo do conhecimento científico que se constituiu inicialmente no contato e socialização prolongada com modos de pensar, sentir e viver geográfica e socialmente distantes do mundo do pesquisador – e um contraponto crítico ao dogma do campo distante e ao exotismo que ele engendrou pode ser encontrado em Thomas (1991) –, é preciso reconhecer que a trajetória da família aqui registrada, em particular, e as formas por meio das quais os trabalhadores de Caruaru recebem a alteridade em seu meio, ou a buscam fora dele, em geral, compreendem uma modalidade muito especial de elaborar “etnograficamente” seus saberes profissionais e suas estratégias de vida.

Um modo alternativo de definir a antropologia tem evocado um gênero específico de olhar. O olhar antropológico seria também ele treinado, para além da importante socialização do neófito na literatura especializada, por meio dos deslocamentos geográficos que o trabalho de campo etnográfico canônico supõe. Ora, o estatuto do olhar – ou melhor dizendo, da visão (e, tão importante quanto, da audição) – para o aprendizado das formas possíveis de viver e se mover no mundo não passou despercebido por José Mário. Junto com os membros de seu corpo, que lhe conferem força de trabalho e mobilidade, ele enfatiza o primado dos sentidos corporais como condição de possibilidade para, como ele mesmo diz, *correr o trecho* (cf. Guedes, 2011, para uma análise desta categoria nativa alhures): “Eu tenho visão e audição e tenho perna pra andar e braço pra trabalhar. Então o mundo é minha casa”.

Enviado em 29 de julho de 2017

Aceito em 20 de novembro de 2017

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. **The Social Life of Things**: Commodities in Cultural Perspective. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.
- _____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1998.
- COMERFORD, J. C. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2003.
- ESPÍRITO SANTO, W. R. **Sulanqueira(o)s**: o trabalho com vestuário e outros ofícios no agreste pernambucano. Tese (doutorado, em 2013). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional. 2013.
- _____. **Trabalho, Gênero e Lingerie**: Tradição e Transformação nas Trajetórias das Costureiras de Roupas Íntimas de Nova Friburgo-RJ. Dissertação (Mestrado em 2009). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ. 2009.
- FERREIRA, J. E. **A Ocupação Humana do Agreste Pernambucano**: Uma Abordagem Antropológica Para a História de Caruaru. João Pessoa: Idéia. Edições FAFICA. 2001.
- GELL, A. **Art and agency**: an anthropological theory. Oxford: Clarendon. 1998.
- GUEDES, André Dumans. **O Trecho, as Mães e os Papéis**: Movimentos e Durações no Norte de Goiás. Tese (Doutorado em 2011). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ. 2011.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**. vol. 18, no. 37, Porto Alegre, Jan./June. 2012.
- LATOUR, B. **Reassembling the Social – An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press. 2005.
- LEITE LOPES, J. S.; ALVIM, R. Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance. **Estudos Avançados**. 13(37). 105-124. 1999.
- LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**. Salvador. Número 37, julho/dezembro.163-180. 2002.
- LIMA, J. C. A subcontratação em cooperativas de trabalho no Nordeste: Descentralização produtiva e Flexibilização das relações de trabalho. ABREU, Alice Rangel de Paiva. (org.). In: **Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- MARCUS, E. G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**. Volume 24, 1995.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1988.

MATOS, F. R. N.; BASTOS, A. T.; MACHADO, Dom de Q. Desenvolvimento local no agreste pernambucano: uma 'utopia possível'. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, 147-157, jan./jun. 2014.

PINA CABRAL, J.~; LIMA, A. P. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. **Etnográfica**. Vol. IX (2), 355-388. 2005.

POPPINO, R. E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Etapa – Coleção Baiana, 1968.

RABOSSI, F. Em La rua de lãs confecciones. **Crítica em desarrollo**: revista latinoamericana de ciencias sociales. Número 02, segundo semestre. 2008.

RIBEIRO, G. L. El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular. **Série Antropologia**. Vol. 410. Brasília: DAN/UNB. 2007.

SHAW, R. **Memories of the slave trade**: ritual and the historical imagination in Sierra Leone. Chicago and London: Chicago University Press. 2002.

THOMAS, Nicholas. Against ethnography. **Cultural Anthropology**, v. 6, n.3, p. 306-322, 1991.

WERNER, M. ; ZIMMERMAN, B. Penser l'histoire croisée : entre empirie et réflexivité. **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. 1 (58) : 7-36, 2003.

WOLF, E. **Antropologia e poder**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.